

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 11 de março de 2014

1 A reunião extraordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e
2 Desenvolvimento Sustentável de Macaé realizada no dia 11 de março de 2014,
3 foi iniciada às quatorze horas e quinze minutos pelo **secretário geral do**
4 **Conselho, Sr. Márcio Nascimento da Silva/ONG-GDEPS**, após a
5 apresentação da justificativa da impossibilidade da participação do presidente e
6 da vice-presidente por motivo de sobreposição das agendas, sendo referendada a
7 condução pela plenária. Foi iniciada a pauta e aprovada a ata da reunião do dia
8 18 de dezembro de 2013, após retificações. Na sequência, foi invertida a pauta
9 para análise da minuta dos Ofícios COMMADS a serem encaminhados ao
10 *Ministério Público Federal/MPF, Ministério Público Estadual/MPE, Secretaria*
11 *de Patrimônio da União/SPU, Instituto Brasileiro do Ambiente e Recursos*
12 *Naturais Renováveis/IBAMA e Comissão Estadual de Controle*
13 *Ambiental/CECA*. Durante a análise deste documento houve diversas
14 manifestações por parte da plenária. O **conselheiro Sr. Sebastião Roberto dos**
15 **Santos/AMPEMAC**, afirmou que as medidas compensatórias decorrentes do
16 empreendimento TEPOR para os pescadores deveriam ser de categoria
17 indenizatória e ressaltou que a classe pesqueira ficará definitivamente
18 impossibilitada de trabalhar, pois os problemas aumentam e se somam.
19 Exemplificou o fato da remoção da área de fundeio tradicional dos pescadores
20 de Macaé e a não regulamentação de outro local, como foi prometido pela
21 Capitania dos Portos há mais de 2 anos. Também exemplificou a ameaça da
22 aprovação da Instrução Normativa nº12/2013 - IBAMA, que pretende excluir
23 qualquer tipo de pesca na costa da região sudeste até 15 milhas marítimas
24 (27km). Concluindo, falou que a sociedade deveria se mobilizar para impedir a
25 construção do porto e que o aumento de rebocadores fundeados em frente à
26 praia da Barra representa uma pressão para forçar o empreendimento. A
27 **conselheira Dominick Werneck/ONG Casa do Caminho**, falou que o
28 COMMADS deveria ter se posicionado durante a audiência pública e não se
29 posicionou devido ao prazo insuficiente de análise, pois o projeto foi
30 apresentado somente 1 dia antes da audiência pública, avaliando o processo
31 muito falho e pouco transparente à sociedade. **Márcio** explicou que o
32 documento ao SPU, MPF, MPE, IBAMA e CECA (anexo 1) não foi enviado
33 porque foi considerado pelo presidente que o texto deveria ser aprovado pelos
34 conselheiros, e ressaltou que as ações do COMMADS devem ser valorizadas e
35 que o conselho pode encaminhar seu posicionamento. Na sequência, o
36 documento foi lido e aprovado por unanimidade. Foi questionada a possibilidade
37 da remoção do remanescente de restinga, que é Área de Preservação Permanente

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 11 de março de 2014

38 para este tipo de empreendimento, e a **conselheira Sr^a Elisângela**
39 **Sossai/SEM HAB** esclareceu que a Resolução CONAMA nº369/2006, permite
40 intervenção em casos excepcionais de utilidade pública interesse social ou baixo
41 impacto ambiental no projeto. Remontou o histórico dos trabalhos
42 desenvolvidos pela CT- Unidades de Conservação do COMMADS, quando sob
43 sua coordenação, quando foram realizados diversos encaminhamentos para a
44 criação de unidade de conservação na área: foi encaminhado à Câmara
45 Municipal um projeto de lei para criação da UC, e foi realizada audiência
46 pública com aprovação unânime da proposta. Informou que houve debates no
47 COMMADS sobre a definição da tipologia da UC e que o projeto está
48 paralisado na PROGEM. O **jornalista Sr. Martinho Santafé/Revista Visão**
49 **Socioambiental** avaliou que o projeto portuário “é tão ruim que não foi
50 apresentado para a sociedade”. Informou que outros quatro portos estão sendo
51 licenciados na região, e que há informações sobre a Petrobras considerar
52 inoportuna a concentração logística somente em Macaé, e que um de seus
53 gasodutos chegou a ter seu traçado desviado de Cabiúnas para evitar essa
54 concentração. A **Sr^a. Bernadete Vasconcellos/Instituto Visão Social** salientou
55 a importância do posicionamento livre do COMMADS, e referiu-se ao processo
56 de licenciamento do empreendimento Belavista, que precisa ser avaliado pelo
57 conselho, pois na audiência pública foram percebidas diversas questões
58 polêmicas. **Márcio** declarou que o COMMADS precisa caminhar sobre
59 instrumentos legais que permitem várias ações, comunicou que o conselho vai
60 ser reestruturado em abril deverá continuar exercendo o seu papel e avaliou que
61 na audiência pública o COMMADS se manifestou muito bem, com
62 questionamentos claros e bem fundamentados. O **conselheiro Sr. Júlio César**
63 **Marques de Carvalho/PROGEM** comentou que o documento aprovado pelo
64 COMMADS em dezembro, não precisaria ter voltado para ter seu texto
65 revisado, pois o documento estava claramente de acordo com o que foi
66 deliberado, questionando o fato de que houve doação de 65.100 metros
67 quadrados de área pública para particular - através de lei publicada no jornal - e
68 que, por não ter sido realizada a licitação obrigatória, é juridicamente um ato
69 ilegal. Manifestou seu respeito ao secretário de ambiente, da mesma forma que
70 aos outros secretários que passaram pela pasta, mas que não é possível o
71 presidente do COMMADS ser próprio secretário, pois este “fica preso”,
72 recomendando que esta situação deve ser reformulada. A **conselheira Cleilce**
73 **Azevedo/IMMT**, avaliou que estas discussões servirão para subsidiar as
74 discussões da revisão do Plano Diretor, e que a CT- Unidades de Conservação

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 11 de março de 2014

75 do COMMADS está aguardando os mapas de geoprocessamento para poder
76 trabalhar as definições das Unidades de Conservação propostas pelo
77 COMMADS. Retornando à palavra, **Sebastião** encaminhou o documento
78 redigido pelos professores do NUPEM para a reunião do Conselho Consultivo
79 do PARNA Jurubatiba, onde constam várias contestações ao projeto de
80 implantação do porto, para ser enviado aos conselheiros e anexado na ata (anexo
81 2). O **biólogo Rodolfo Coimbra/SEMA, representando o secretário de**
82 **ambiente** na reunião, reiterou que o posicionamento do secretário é “nada a
83 opor ao processo de licenciamento”. Também entregou cópia do ofício com a
84 manifestação de interesse em criar a unidade de conservação para a área da
85 restinga do Barreto e a cópia da solicitação de autorização à SEMA para realizar
86 pesquisa sobre a fauna encaminhada pela consultora Masterplam. O **conselheiro**
87 **Rodrigo Lemes Martins/NUPEM-UFRJ** avaliou que o posicionamento dos
88 conselheiros é claro de ser impossível aprovar o **EIA/RIMA** apresentado.
89 Voltando à palavra **Dominick** teceu críticas à audiência pública de apresentação
90 do projeto Bellavista, onde verificou muitas irregularidades, além do fato de não
91 ter sido comunicado ao conselho a realização do evento. Devido a estas
92 questões, encaminhou à votação a realização de reunião do COMMADS para o
93 INEA e os empreendedores apresentarem EIA/RIMA aos conselheiros e a
94 medida foi aprovada. **Márcio** entregou requerimentos encaminhados na
95 Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores, e solicitou que sejam
96 anexados na ata da reunião (anexo3). Sem mais assuntos, a reunião foi
97 encerrada, e eu, **Ingrid Santos Stigger, secretária executiva**, redigi, dou fé, e
98 assino a presente ata, junto aos demais conselheirosxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
99